

A TRAJETÓRIA DO PT EM MARINGÁ: DA FUNDAÇÃO À CONQUISTA DA PREFEITURA

Reginaldo Benedito Dias¹

Em 29 de outubro de 2000, a conclusão do segundo turno das eleições municipais em Maringá (Paraná) confirmou a ascensão do candidato do Partido dos Trabalhadores, José Cláudio Pereira Neto, eleito prefeito com 70% dos votos válidos.

O resultado despertou debates instantâneos nos meios jornalísticos e políticos. Primeiro, porque contrariava prognósticos existentes no início da corrida eleitoral. Segundo, porque a vitória de um partido de esquerda, a primeira incidência na história do município, não corresponderia a seu perfil político, conforme interpretação de alguns analistas. Influente articulista escreveu: “A vitória do PT em Maringá marca uma ruptura histórica do eleitorado com a política tradicional”².

A percepção imediata convidava, pois, à reflexão não apenas a respeito do fato conjuntural, mas de aspectos mais estruturantes, relativos à história política do município. Há uma dimensão transversal, que remete à compreensão do processo de construção do PT em Maringá: o partido protagonista do fato eleitoral considerado surpreendente ou fora da tradição.

O presente artigo destina-se a investigar a história do PT de Maringá desde sua gênese e fundação, no final da década de 1970 e início da seguinte, até o ano 2000, quando conquistou a prefeitura. O objetivo não é exclusivamente explicar o fato eleitoral, mas contribuir para a compreensão das diferentes dimensões da práxis partidária nesse território e sua conversão em força organizada capaz de disputar a hegemonia política. Isso supõe o resgate de sua intervenção na luta e na organização social, além de sua progressão nas urnas.

Duas coordenadas regem a condução do artigo. Primeiro, a interseção com a história do PT nacional. Segundo, a inserção na história do município. Não se trata, portanto, de uma imersão movida pela busca do peculiar ou do pitoresco. Entende-se que intervenções deste perfil contribuem tanto para a reflexão da realidade específica investigada quanto para o conhecimento mais amplo da experiência do PT.

A presença da esquerda em Maringá

O primeiro diretório do PT de Maringá foi formalizado em 1981, mas as articulações iniciais, que pavimentaram esse caminho, datam de 1979. Maringá era uma cidade muito jovem, fundada em 1947 e constituída como município em 1951. Nessa fase anterior, que pode ser subdividida em dois grandes períodos, a república democrática instituída pela Constituição de 1946 e a ditadura militar implantada em 1964, sua história registrou a atuação de forças de esquerda representativas de cada conjuntura.

A origem de Maringá inscreve-se em um processo mais amplo de colonização da região Norte do Paraná, iniciado na década de 1920. Na primeira fase, havia o comando do capital inglês, por intermédio da Parana Plantations e de sua subsidiária nacional, a Companhia de Terras do Norte do Paraná. Na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, a empresa teve o controle acionário assumido por um grupo brasileiro, vindo a se denominar Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

Aqueles foram anos de extraordinária mobilidade demográfica em todo o país, como comprovam as intensas frentes migratórias que povoaram as áreas de expansão de fronteira agrícola. De 1940 a 1960, a população do Paraná saltou de 1.236.276 para 4.277.763 habitantes. A segunda metade da

década de 1940 também foi uma época de sensível efervescência política. Terminada a ditadura do Estado Novo, o Brasil entrava no período mais democrático de sua história.

Foi precisamente nessa conjuntura que Maringá foi fundada. No compasso da efervescência social e da mobilidade demográfica, sedimentavam-se demandas políticas e emergia a formação dos grupos e partidos. A expansão de fronteiras econômicas também era vista como o desbravamento de territórios políticos. Planejada para ser polo regional, não tardou sua emancipação municipal, impulsionada pela dinâmica do seu crescimento. Assegurada pela Lei Estadual n. 790, em 1951, permitiu a eleição de prefeito e vereadores no ano seguinte.

Entre 1952 e o golpe militar de 1964, houve três eleições municipais, das quais participaram as expressões locais dos grandes partidos nacionais. Houve alternância de poder no período, visto que foram vencedoras as seguintes legendas: 1952: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); 1956: Partido Social Progressista (PSP); 1960: Partido Social Democrático (PSD). A União Democrática Nacional (UDN) chegou sempre em segundo lugar³.

Deve-se destacar a presença da maior força de esquerda daquela época, o Partido Comunista do Brasil (PCB). Há vestígios de sua atuação desde 1947, ou seja, desde a fundação de Maringá. Tal ação combinou a organização de trabalhadores e a luta social com a representação eleitoral, malgrado sua condição de clandestinidade. Não está bem documentada sua relação com a primeira eleição municipal, mas sabe-se que conseguiu eleger um vereador, por meio de legendas legais, nos dois pleitos seguintes. Em 1960, o PCB deu suporte a uma chapa majoritária, inscrita pelo Partido Social Trabalhista (PST), cujo candidato a prefeito era um advogado egresso do PTB. Os principais integrantes da chapa de vereadores eram dirigentes e líderes sindicais comunistas. O discurso de campanha teve forte acento classista, comprometido com uma “administração totalmente trabalhista”. A chapa logrou a eleição de um parlamentar e conseguiu 14% na disputa majoritária.

Sob inspiração da liderança do PCB, na segunda metade da década de 1950, constituiu-se a União Geral dos Trabalhadores (UGT), espécie de célula-mãe que serviu para a criação de vários sindicatos. Em particular, houve forte influência na organização de sindicatos rurais, cuja demanda principal era estimulada pelas relações de trabalho existentes sob o complexo cafeeiro. Por causa disso, os bispos do Norte do Paraná criaram a Frente Agrária Paranaense (FAP), com o objetivo de oferecer uma alternativa organizativa e proteger os católicos do “perigo vermelho”⁴.

Em Maringá, o advento do golpe militar de 1964 impôs a desarticulação da organização local do PCB. Seus nomes de maior visibilidade foram

processados pelo novo regime⁵. No final de 1965 e início de 1966, frutificaram esforços para arregimentar forças de esquerda. Por meio de diferentes iniciativas, houve a formação de núcleos de militância estudantil, secundarista e universitária, identificados com as posições das novas organizações de esquerda que proliferavam nessa época, adeptas da perspectiva da luta armada revolucionária.

Um núcleo de estudantes se encontrava organizado em um Centro Cultural sediado na biblioteca municipal. Outro vinha do Colégio Gastão Vidigal, iniciado na política pelo trabalho de promoção social realizado por uma freira, com inspiração na obra do Padre Lebret. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), constituído em Maringá no início de 1969, foi o destino dessas duas vertentes de militância estudantil.

Outra organização revolucionária que atuou em Maringá foi a Ação Popular (AP), que se implantou na cidade em 1968. Sob influência da linha maoísta, identificava na região condições favoráveis a seu projeto de revolução camponesa, em razão das relações socioeconômicas existentes no complexo cafeeiro e da tradição de lutas dos trabalhadores rurais.

Não há registro de que o PCBR tenha promovido ações políticas que fossem além da arregimentação de quadros. Já a AP realizou trabalho de articulação sindical, que culminou, em outubro de 1968, na tentativa de desencadear uma greve geral, aliando reivindicações de várias categorias com o enfrentamento à ditadura. Paralisando duas indústrias do setor alimentício, o movimento não atingiu a dimensão de uma greve geral, mas mobilizou várias categorias (bancários, construção civil, metalúrgicos, condutores de veículos, etc.) e marcou a conjuntura⁶.

A AP teria presença na região próxima até o início da década de 1970, mas seu trabalho político não sobreviveu às investidas da repressão. De resto, a ideia da revolução camponesa dividiria suas fileiras.

A modernização da agricultura estava em curso e se acentuou na década de 1970, quando o complexo cafeeiro entrou em colapso e intensificou-se o estímulo às culturas associadas do trigo e da soja. O Paraná viveria drástico processo de urbanização. Naquela década, asseverou France Luz, “mais de 50% da diminuição da população rural do país ocorreu nesse estado”⁷.

Em 1975, militantes de esquerda de Maringá seriam atingidos pela “Operação Marumbi”, acionada “para desarticular completamente o dispositivo subversivo comunista no Paraná”⁸. A maioria dos detidos tinha vínculos históricos com o PCB, embora também constasse, entre os maringaenses, o nome de um ex-militante do PCBR.

Na política eleitoral, depois de um início de fragilidade, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tornou-se força expressiva. Em 1964, mesmo

com a ruptura institucional, a sucessão municipal ainda foi regida pelo sistema pluripartidário. Novamente a UDN perdeu, confrontada por uma ampla coligação montada pelo prefeito. Em 1968 e 1972, o MDB conquistou a prefeitura. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) só viria a ganhar em 1976.

Para interpretar essa sequência, é difícil atribuir exclusivamente critérios de identificação partidária e abstrair o jogo político das forças e lideranças locais. Não se podem, contudo, menosprezar esses resultados, pois o MDB também obteve votação majoritária nas eleições ao Senado de 1974 e 1978. Em seu interior, havia militantes engajados em movimentos estudantis de resistência e membros da chamada ala dos autênticos. Principalmente no final década, quando vicejava a conjuntura da abertura, o MDB abrigava o rearticulado PCB e o PC do B, em formação na cidade⁹. Ambos compunham a Tendência Popular emedebista e estavam presentes na política universitária.

A formação do PT de Maringá

A fundação oficial do PT nacional, conforme assinalam seus documentos internos, ocorreu em fevereiro de 1980. Os fatos antecedentes, entretanto, remetem à emergência dos grandes movimentos sociais e políticos que, no final da década de 1970, impulsionaram o processo de abertura política e a redemocratização do Brasil. Em 1979, em ambiente já pautado pela reforma do sistema partidário, podem ser identificados três marcos importantes: a) janeiro: o IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, aprovou uma tese “chamando todos os trabalhadores a se unificarem na construção de seu partido”; b) 1º de maio: divulgação da “Carta de Princípios do PT”; c) 13 de outubro: lançamento oficial do “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”, em evento realizado em São Bernardo.

Ampla bibliografia tem demonstrado que a gênese do PT, vista a partir de seus principais núcleos constituintes, foi fruto da confluência de muitas forças sociais que emergiram nesse processo de abertura: o novo sindicalismo, capitaneado pelos metalúrgicos do ABC paulista; os novos movimentos populares; setores ligados à Igreja progressista. Além disso, incorporaram-se intelectuais independentes, parlamentares progressistas vinculados ao MDB, diversos remanescentes, organizados ou não, da esquerda armada formada na década de 1960 e outros setores de esquerda de origem diversa, por exemplo, agrupamentos trotskistas.

A forma como esse processo ocorreu em várias localidades e se entrelaçou com as histórias políticas regionais e municipais vem estimulando pesquisas. A investigação dos acontecimentos de Maringá, por exemplo, revela a presença desses traços gerais e de muitas particularidades.

Cronologicamente, houve certa sincronia. A cidade não restou alheia à efervescência das lutas políticas do período e à irradiação da organização nacional do PT. De acordo com Ademir Demarchi, dirigente da primeira geração petista local,

A fundação do PT em Maringá se deu antes de 1981. Nesse ano ele foi legalizado burocraticamente, legalmente, perante a justiça eleitoral, ou seja, fez-se a reunião e o registro formal de um diretório. No entanto ele começou a ser formado antes, em 1979, acompanhando a movimentação política nacional.¹⁰

No final da década de 1970, Maringá havia se consolidado como a terceira mais importante cidade do Paraná, precedida por Curitiba e Londrina. Sua evolução demográfica foi a seguinte: 1950, 38.588 de habitantes; 1960, 104.131; 1970, 121.374; 1980, 168.239. Adiante-se que os dois censos posteriores viriam aferir estes números: 1991, 239.930 de habitantes; 2000: 288.653. A taxa de urbanização da população cresceu nesta frequência: 1950, 18,8%; 1960, 45,7%; 1970, 82,57%; 1980, 95,5%.

A urbanização repercutia na proporção da distribuição da população economicamente ativa. Em duas décadas, de 1960 a 1980, a participação do setor primário caiu de 56,7% para 8,4%, enquanto o secundário saltou de 8,1% para 22,1% e o terciário elevou-se de 35,2% para 69,5%. Apesar da acentuada variação interna do setor secundário, o terciário empregava mais de dois terços da população economicamente ativa (PEA). Havia um polo industrial, notadamente na transformação de produtos agropecuários, mas Maringá não era uma cidade operária. Ressaltava-se o peso do comércio varejista e atacadista e da prestação de serviços¹¹.

A cidade nasceu e cresceu sob forte imaginário da prevalência do empreendedorismo privado. Na origem, isso foi disseminado pelas imagens que a companhia colonizadora elaborou. Baseado nos princípios da “certeza do lucro” e da “garantia do direito de propriedade”, o projeto de colonização, por exemplo, foi visto e divulgado, no dizer do historiador José Henrique Rollo Gonçalves, como espécie de antídoto à reforma agrária socialista, projeto defendido pelas forças de esquerda¹².

Não obstante, a seção anterior indicou que eram gestadas uma tradição de ações de esquerda e uma densa história sindical antes de 1964. Interrompida pelo golpe, houve ensaio de rearticulação em 1968. Sob o tacão da repressão, tais experiências não sobreviveram nem deixaram vínculos organizacionais significativos que pudessem servir de referência na nova conjuntura.

No final da década de 1970, embora houvesse uma rearticulação da esquerda, Maringá não era sede de ebulição de movimentos sociais ou sindicais.

A formação do PT local não se beneficiou do protagonismo de militantes das organizações da esquerda revolucionária da década de 1960. A atuação da AP na cidade, que havia decorrido fundamentalmente de deslocamento de quadros de outros centros, tinha se esgotado naquela época. Quanto ao PCBR, cujo núcleo local também havia se desarticulado, seriam registradas filiações individuais de alguns ex-militantes, mas não atuação organizada, como ocorreu, por exemplo, na direção estadual do PT.

Esclareça-se que, na gênese do PT no Paraná¹³, identifica-se a participação de integrantes do PCBR, do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), de ex-militantes da AP e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), de lideranças formadas nas alas progressistas da Igreja Católica e dirigentes trotskistas ligados à Organização Socialista Internacionalista (OSI), conhecida pela edição do jornal *O Trabalho* e por sua corrente estudantil, “Liberdade e Luta”.

Em Maringá, das fileiras do antigo MDB, a adesão de maior visibilidade foi a do ex-vereador Francisco Timbó, que viria a ser candidato a deputado federal em 1982. Foi, porém, uma incorporação temporária, visto que seu projeto mesmo era a construção do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola. Como essa legenda não existia na cidade, atendeu ao convite dos dirigentes petistas, com a disposição de seguir, em futuro próximo, a liderança brizolista¹⁴.

Em Maringá, entre as forças emblemáticas que contribuíram para a constituição do PT nacional, talvez a ausência mais clara seja a de militantes ligados ao catolicismo popular, até porque, desde 1980, sob os influxos da Conferência Episcopal de Puebla, vinham sendo formados na cidade agrupamentos das Pastorais da Juventude e Universitária. A importância desse dado se confirma pelo conhecimento que se tem da história posterior. Como se verá, militantes procedentes desse setor se incorporariam mais tarde e formariam um núcleo partidário dirigente de longa duração.

Em 1979 havia uma incipiente mobilização estudantil na Universidade Estadual de Maringá, que cresceria de importância nos anos seguintes, em favor do ensino público, democrático e gratuito. Ainda na universidade, havia a formação do movimento docente. Nos dois casos, os militantes que viriam a formar o PT teriam de disputar a hegemonia com o PCB e com o PC do B.

Em certa medida, a origem de alguns dos principais dirigentes dessa fase inicial do PT de Maringá pode ser buscada em movimentos culturais de resistência, cineclube e teatro. Escreveu José Gil de Almeida, principal articulador do núcleo petista local: “Os cineclubistas tiveram papel decisivo na fundação do PT – Partido dos Trabalhadores. Os fundadores e primeiros presidentes do PT de Maringá, José Gil e Anésio Kowalski, eram cineclubistas”¹⁵.

Os dois presidentes seguintes, Ademir Demarchi e Luiz Henrique de Paiva, também haviam mantido vínculos com a militância cultural. Paiva relata, por exemplo, que havia integrado, juntamente com outros estudantes que viriam a fundar o PT, o grupo Teatro Maringaense Independente (Temi), cuja atuação, além da montagem de autores como Brecht, incluía trabalhos de alfabetização¹⁶.

O último presidente do Temi, Jairo de Carvalho, que viria a ser um dos principais dirigentes petistas, recorda-se de ter conhecido Demarchi e Paiva nas atividades da entidade teatral. As sessões do cineclubes exerciam notável atração sobre os núcleos de esquerda da cidade. Isso incluía não só os futuros petistas, mas – acrescenta Carvalho – “o pessoal do Partidão. Toda a esquerda se encontrava no cineclubes”¹⁷.

Seja como for, Ademir Demarchi narra o impacto das movimentações políticas nacionais em favor da vida sindical local e da constituição do PT:

Isso se refletia em Maringá através do movimento sindical bancário. José Gil de Almeida, funcionário do Banestado, foi a São Paulo em 1979 e estabeleceu relações com o sindicato nacional dessa categoria e com membros da Quarta Internacional, trotskista.

Exemplo dessas relações foi o fato de a oposição bancária ter programado um debate com o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva, o Lula, para 22 de setembro de 1979, quando faltaria menos de uma semana para a eleição em que tentaria assumir a direção da entidade sindical. Seria uma forma de alavancar seu potencial eleitoral. Na última hora, uma negociação no Congresso Nacional exigiu a presença do líder operário e a agenda – que incluía atividades em Londrina e Curitiba – inviabilizou-se¹⁸.

Conforme relatório da Polícia Militar, elaborado no mês anterior, a oposição bancária chegou a projetar um evento político mais amplo, que contaria, além de Lula, com outras estrelas do chamado novo sindicalismo, como Luis Gushiken e Jacó Bittar. O agente anota que “Lula pretendia fazer contatos para a criação do Partido Trabalhista Brasileiro”¹⁹. Evidentemente, confundiu as siglas. Embora o evento não tenha ocorrido e a oposição viesse a perder as eleições por uma diferença proporcionalmente grande²⁰, esses fatos indicam que as articulações se ampliavam.

Demarchi revela mais detalhes dessa gênese:

A célula inicial petista foi composta por José Gil de Almeida, bancário; Aauri Antunes Barbosa, jornalista; Paulo Mathias, professor universitário. Eu fui um

dos seguintes a se somar a esse grupo. A partir disso, em 1980, formou-se um núcleo sindical de várias categorias em Maringá, organizados pela OSI – Organização Socialista Internacionalista, que formou uma célula de militantes e cuja direção nacional chegou a enviar um militante para as discussões iniciais com os militantes de Maringá – esse enviado cresceria em importância no partido: Luis Gushiken, que veio a ser presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, presidente nacional do PT e ministro do governo Lula.

O agrupamento inicial, prossegue Demarchi, ampliou seu raio de ação:

Formou-se então um núcleo sindical de várias categorias – bancários, vigilantes bancários, operários da construção civil, comerciários, professores universitários, professores de primeiro e segundo graus e estudantes secundaristas – que começou a fazer discussões locais e acompanhar os desdobramentos da política nacional e já em 1980 teve sua primeira atuação mais ampla fora de Maringá ao participar do Entoes – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Esse encontro se deu em 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Fiz parte do grupo de delegados de Maringá, composto por seis pessoas: dois vigilantes bancários, dois professores secundaristas, um bancário e um estudante/comerciário.

A corrente trotskista OSI foi a força principal na constituição do PT de Maringá e manteve a hegemonia em seus primórdios. A ela estavam ligados os três primeiros presidentes. Ademir Demarchi lembra: “A atividade política local era mesclada com idas de militantes para encontros do partido e da OSI, em Curitiba e São Paulo”. Não significava, porém, monopólio. Muitas pessoas foram atraídas pela mística do novo partido, sem envolvimento com esses alinhamentos internos. Além disso, Luis Henrique de Paiva, um dos mais representativos fundadores, colocou-se em posição distinta. No período em que foi presidente, segundo suas palavras, flertou com o MEP. Compromissos profissionais na universidade motivaram militantes dessa corrente a residir em Maringá, na primeira metade da década de 1980.

Uma das marcas distintivas da OSI foi a defesa da criação do Partido Operário, divisa que constava da primeira página do jornal *O Trabalho*, criado em 1978. Com essa perspectiva, foi crítica do projeto de lançamento do PT. Considerava “que uma entidade política constituída a partir da iniciativa de sindicatos atrelados ao Estado por uma estrutura sindical inspirada na Carta Del Lavoro não poderia ser um verdadeiro partido operário”²¹. Havia a circunstância agravante de alguns sindicalistas tradicionais terem apoiado o Manifesto de Lins, de janeiro de 1979. A posição só foi revista em sua 1ª

Conferência Nacional, em fevereiro de 1980, e consolidada, meses depois, em seu 4º Congresso, que definiu:

É dever da OSI, portanto, intervir no PT com todas as suas forças para ajudar a levá-lo ao desenlace positivo – construção, por qualquer via que seja, de um partido dos trabalhadores, sem patrões, empregando os meios disponíveis para fazê-lo dentro do PT, isto é, integrando-o sem restrições.²²

Nessa sintonia, tem-se o posicionamento de sua célula em Maringá. Embora haja antecedentes nos meses anteriores, a decisão de formar o PT no Paraná ocorreu em reunião realizada em 1º de novembro de 1979, enquanto a sua efetiva fundação data de 22 de dezembro de 1980, de acordo com livro que aborda exclusivamente essa trajetória. Essa publicação informa que, em março de 1980, “a construção do PT avançava [...] em Londrina, Maringá, Ponta Grossa”, entre outros exemplos. Adiciona: “em agosto, são organizados os núcleos do PT nessas cidades”. Maringá sediou, em 30 de novembro de 1980, o II Encontro Estadual do Interior. Em 15 de dezembro, José Gil de Almeida incorporou-se à Executiva Regional, de cujas reuniões vinha participando informalmente²³.

Nessa conjuntura, dois desafios se impunham: a legalização do partido e as eleições gerais de 1982. A exemplo do que acontecia em todo o país, os petistas de Maringá engajaram-se no processo de arregimentação de filiados, por meio de reuniões e mutirões em bairros de perfil popular e em empresas. Com o distanciamento do tempo, os participantes narram esse trabalho com certa nostalgia, ressaltando o lado romântico e alguns fatos pitorescos. Jairo de Carvalho comenta: “Em mais de uma ocasião, perguntaram se nós éramos Testemunhas de Jeová. Para estabelecer diálogo, dizíamos que éramos do partido do Lula”.

Houve filiações de pessoas que ficaram sensibilizadas pela presença dos abnegados fundadores, mas não viriam a participar das estruturas partidárias. Houve, contudo, adesões que frutificaram. Clarice Gravena, dirigente petista ainda hoje, foi arregimentada em um desses mutirões. Um fragmento de suas memórias: “Foi em um domingo. Bateram palmas no portão da minha casa. Fui atender. Explicaram-me o que era o PT e me convidaram a fazer filiação. Gostei da ideia e estou até hoje”²⁴.

O primeiro encontro com as urnas

Em 1982, deveria ser cumprido mais um passo da abertura política, visto que seriam realizadas as primeiras eleições diretas para governador desde 1965. Entretanto, os estrategistas do último governo do período da ditadura elaboraram vários casuísmos para dificultar o crescimento da oposição.

As eleições municipais de 1980 foram adiadas, a pretexto de fazê-las coincidir com o pleito de âmbito estadual. Era uma tentativa de municipalizar o debate. Por seu turno, o “Pacote de Novembro” de 1981 estabeleceu o voto vinculado entre todos os cargos, proibiu as coligações e permitiu a sobrevivência das sublegendas para a disputa municipal. A restrição à propaganda eleitoral eletrônica foi duro golpe nos debates. Na televisão, o limite era a apresentação de currículos em imagens estáticas.

No campo partidário, a principal reação ao voto vinculado foi a fusão entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP). Com isso, a disputa voltaria a apresentar uma dinâmica bipartidária. Houve, então, o estímulo ao chamado “voto útil”, destinado “não necessariamente ao melhor partido de oposição, mas ao que mais provavelmente seria capaz de fazer frente ao PDS e conquistar o poder”²⁵. O maior beneficiado por essa tese foi o PMDB, fortalecido depois da fusão com o PP. Sem o voto vinculado, o eleitor ainda teria a prerrogativa de distribuir seus votos de maneira a fortalecer as legendas emergentes em alguns postos e descarregar seus votos no PMDB em outros enfrentamentos.

Se a manobra e os danos eram evidentes, o PT rumou para a disputa eleitoral com boas expectativas. Em Maringá, em um pleito a prefeito que envolvia dois candidatos do PMDB e três do Partido Democrático Social (PDS), além de um do PTB, o PT combinava três objetivos: divulgar o projeto partidário, contribuir para que a legenda nacional atingisse o número mínimo de votos exigido por lei e eleger um dos 21 vereadores da Câmara Municipal. O diretório compôs chapa com candidatos a deputado estadual, deputado federal, vereador, prefeito e vice. A origem dos postulantes, especialmente os que concorriam a cargos parlamentares, era indicativa da composição social da militância: trabalhadores do setor de vigilância, operários da construção civil, estudantes, jornalista. O candidato a prefeito foi o médico Nelson Aiex.

Em todas as esferas, a escrutinação foi frustrante para o PT:

Os resultados das eleições constituíram um choque e uma decepção profunda para o PT. O partido não conseguiu seu objetivo de conquistar 5% dos votos em nível nacional e 3% dos votos em nove estados, conforme exigido por lei. De fato, o PT conseguiu mais de 3% apenas em São Paulo, com 9,9%, e no Acre, 5,4%. No Plano Nacional, seus candidatos aos governos estaduais conquistaram 3,3% do total dos votos.²⁶

No Paraná, os candidatos a governador e a senador obtiveram, respectivamente, 12.047 (0,38%) e 11.721 (0,37%) votos. A chapa proporcional ficou

em patamar próximo, não elegendo nenhum deputado. Avalia livro sobre a história do PT paranaense:

O resultado eleitoral foi um desastre para o PT. Os números, embora muito expressivos, são incapazes de traduzir o que significou o resultado para o PT do Paraná e seus militantes. O PT fez menos votos do que o número de filiados, que eram na época mais de 13 mil, e, o que é pior, em muitos municípios fez menos votos que o número de membros do respectivo diretório.²⁷

Em âmbito nacional, a dinâmica bipartidária favoreceu o PDS e o PMDB, sucessores da Arena e do MDB. Na formação da Assembleia Legislativa e da bancada paranaense no Congresso Nacional, essas legendas ficaram com todas as vagas.

O PMDB conquistou a prefeitura de Maringá e a maioria da Câmara dos Vereadores, doze das 21 cadeiras, ficando as nove restantes com o PDS. O candidato a prefeito do PT obteve 350 votos (0,4%). Composta de doze postulantes, a chapa de vereadores totalizou 340 votos. O mais bem votado, Luis Henrique de Paiva, atingiu 96 votos, enquanto o segundo, Jairo de Carvalho, totalizou 62 votos. Os dois atuavam no movimento estudantil. Cite-se que o nome deste último não pôde ser sufragado por seu pai, que era dirigente municipal do PMDB. Mais do que pitoresco, trata-se de um efeito dramático da camisa de força do voto vinculado: se o pai votasse no filho para vereador, não poderia escolher nomes de seu próprio partido para os demais cargos.

Poder-se-ia indagar qual seria o resultado se não houvesse o voto vinculado. Sem menosprezar o impacto do casuísmo, pelo menos no que diz respeito a Maringá, constata-se que a irradiação do partido era pequena fora de seus círculos militantes, que não eram muito amplos, como salientou a ex-dirigente Marcília Periotto²⁸. Sobretudo, e isso não acontecia só nesse território, não havia interação com a dinâmica do poder local.

Os danos do “voto útil” podem ser medidos por outro parâmetro: em Maringá, retardou a entrada dos setores formados nas alas progressistas da Igreja Católica. As eleições de 1982 ocorreram praticamente na mesma época em que se realizava a sucessão da diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual de Maringá. Nesse campo político, houve uma aliança entre a tendência trotskista Liberdade e Luta e os militantes da Pastoral Universitária para a disputa do diretório, que se mostraria vitoriosa. Em outras palavras, no movimento estudantil, a esquerda católica havia se incorporado ao campo petista, mas descarregou o seu voto no PMDB nas eleições de 15 de novembro.

Florisvaldo Raimundo de Souza, que viria a ser importante dirigente do PT paranaense, recorda-se de um diálogo com outro expoente das pastorais:

Eu disse a ele: agora temos que votar no PMDB, mas o PT é o partido que devemos assumir. Assim, em 1982 eu votei no PMDB de cima a baixo. Passada essa fase do voto útil no PMDB, filiei-me ao PT em 1983. Entrei para abrir caminho para companheiros militantes da Igreja.²⁹

Membro da diretoria do DCE então eleita, Enio Verri viria a coordenar, em 1985, um processo mais amplo de filiação de ativistas procedentes dos movimentos da Igreja, com vistas a disputar a direção do PT municipal. Esse objetivo foi perseguido, com sucesso, por intermédio da reedição da aliança realizada no movimento estudantil com a tendência trotskista Liberdade e Luta, que havia deixado de ser força dirigente no diretório municipal. Enio Verri, atualmente deputado estadual e presidente do PT do Paraná, relata:

O Florisvaldo foi um dos primeiros a se filiar. Depois disso, sobre a conquista do diretório, quando começamos a discutir a importância de ir para o PT, alguns se filiaram primeiro e fizemos a relação de alguns que estavam no PT. Vendo a dificuldade vivida pelo partido, dirigido por um setor bem diferente da concepção partidária, começamos a refletir sobre isso nas pastorais. E foi exatamente desse diálogo com a Libelu, que conhecíamos no movimento estudantil, nós, que formávamos um grupo ligado à Teologia da Libertação, às CEB, às Pastorais Universitária e Operária, filiamos muitas pessoas e conquistamos o diretório. É preciso destacar que desde aquela época até hoje, mantemos a direção do partido. Exceto por um período muito curto que outro grupo ligado à DS e outros grupos menores assumiram a direção.³⁰

Com isso, pode-se sistematizar um quadro da orientação política que regeu o diretório ao longo da década. A hegemonia da OSI foi interrompida entre 1982 e 1985. Nesse período, em que vigia composição mais diversificada na direção, identifica-se influência de militantes do MEP. Por meio de uma aliança entre os trotskistas e a esquerda católica, formou-se um novo núcleo dirigente a partir de 1985, com base em acordo anterior no movimento estudantil. Com a constituição da corrente Articulação, em seu interior viriam a dissolver-se setores da OSI. Em Maringá, como os militantes vindos da Igreja identificavam-se com a Articulação desde o “Manifesto dos 113”, logo se formou um coletivo apenas.

Fim da ditadura, lutas estudantis e o campo sindical

A eleição do DCE em 1982 era representativa da fase vivida pelo PT de Maringá. A OSI, por exemplo, havia indicado candidatos a deputado estadual

e a vereador (respectivamente, Ademir Demarchi e Jairo de Carvalho), mas também os lançava na cabeça da chapa “Outras Palavras” ao DCE. Somavam-se a percepção da viabilidade de um pleito e da inviabilidade do outro com a sensibilidade, muito forte naqueles anos, de que o processo eleitoral não era o caminho principal da mudança. Com isso, ainda que o resultado das eleições gerais tenha sido frustrante, havia um instrumento de luta social significativo para época: o Diretório Central dos Estudantes. Essa foi a entidade de maior visibilidade que os petistas dirigiram nos primeiros anos da existência de seu partido em Maringá.

Entre 1983 e 1987, estudantes ligados ao PT só deixaram de comandar o DCE em 1986, ano em que, no entanto, participaram dos Centros Acadêmicos e dos movimentos desencadeados, como a primeira eleição direta para reitor. Em 1984, lideraram o movimento de ocupação da reitoria, direcionado pela bandeira da gratuidade e da democratização, que exerceu forte impacto na vida interna da universidade e no noticiário mais amplo. Naquele momento de fim da ditadura militar e de abertura política, movimentos grevistas não eram comuns em Maringá, especialmente com a utilização daquele mecanismo de pressão. Isso ampliava a importância relativa das ações estudantis.

Já em 1980 havia ocorrido uma greve de trabalhadores na universidade, impulsionada pela escalada inflacionária e pela pauta democrática do período. Em 1984, quando eclodiu o movimento estudantil citado no parágrafo anterior, vinha sendo gestada uma greve de docentes e de servidores, que ocorreu logo na sequência. Desse momento em diante, no âmbito da universidade, a década seria pontuada por movimentos paredistas todos os anos³¹. Em 1987, em ação acumulada das lutas estudantis com mobilizações de docentes e servidores, houve a conquista da gratuidade de ensino nas universidades estaduais, implantada em 1988³².

Um dos principais núcleos do PT de Maringá era sediado na universidade, fosse pela adesão de profissionais já incorporados à instituição, fosse pela contratação de outros que vinham de centros politicamente bem estruturados. Ao longo da década de 1980, porém, a hegemonia do sindicalismo universitário foi de dirigentes ligados ao PCB, que tinham liderado a organização da associação dos docentes em 1978 e do sindicato dos trabalhadores em 1985. Em contrapartida, petistas presidiram a Associação dos Funcionários em algumas gestões daquela década, incluindo o momento em que foi deflagrada a greve de 1984.

Como não raro ocorria em outras localidades, os movimentos políticos presentes na universidade eram regidos pela disputa entre forças de esquerda, com alta voltagem ideológica. Todavia, no contexto da cidade, muito mais diversificado, predominava o sindicalismo tradicional. Excetuando a associação

dos vigilantes, comandada por fundadores do PT nos primeiros anos da década, os petistas tiveram baixa incidência na direção das entidades. Mesmo assim, persistiram trabalhos de articulação de agrupamentos de oposição sindical em algumas corporações: bancários, metalúrgicos, construção civil, saúde. Em agosto de 1983, no congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), havia quatro delegados de Maringá. A militância sindical local incorporou-se aos trabalhos de construção da central no âmbito estadual.

Somente no final da década de 1980, entretanto, ocorreriam as primeiras filiações de entidades locais à CUT. Em 1989, o caminho foi aberto pelo recém-fundado Sindicato dos Servidores do Município (Sismmar). O próximo foi o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Sinteamar), cuja principal base era composta por professores e servidores da universidade. Essas características de nascimento marcariam a expansão da base cutista em Maringá, que ficaria circunscrita, basicamente, aos trabalhadores do setor público.

O esforço militante na luta social era acompanhado pelo envolvimento na grande pauta nacional, em que se destacaram: o movimento “Diretas-Já” para presidente; o posicionamento em favor do boicote partidário ao Colégio Eleitoral, uma vez derrotada a emenda Dante de Oliveira; as mobilizações em torno dos trabalhos de elaboração da nova Constituição Federal; a organização, no curso dos trabalhos da Constituinte, de movimento em favor da convocação das diretas para presidente em 1988.

Em 1987, o 5º Encontro Nacional do PT deu contornos mais claros à linha política partidária, estabelecendo, por meio da elaboração da estratégia da Alternativa Democrático-Popular (ADP), a relação entre seus objetivos finais e a ação conjuntural, tanto na luta social como no enfrentamento eleitoral. Constituída por um programa de reformas estruturais, a ADP baseava-se num processo de lutas e alianças sociais e políticas, com a finalidade de alterar a correlação de forças e conquistar a hegemonia da sociedade. Sob a égide dessas diretrizes, houve a disputa eleitoral de 1988.

As eleições de 1988 e o enfrentamento à versão local do neoliberalismo

Vertebrado pelo engajamento nas citadas frentes de atuação, o PT de Maringá chegou às eleições municipais de 1988 com a expectativa de superar os limites encontrados no pleito anterior. Na definição da política, um dos temas dizia respeito às alianças. A rigor, só se cogitou fazer alianças com dois partidos de esquerda, o PC do B e o PCB. Nos parâmetros dos documentos nacionais, o leque do campo democrático popular era mais amplo, incluindo partidos de esquerda e populares.

Em Maringá as tratativas não avançaram e o PT lançou chapa própria. Restaram questões mal resolvidas das disputas do movimento estudantil e de nichos das lutas sindicais. Também não havia consenso quanto à incorporação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que tinha, candidato a prefeito, um vereador saído das fileiras do PMDB, cenário preferido pelos partidos comunistas. O PT apresentava pretensões de ter a cabeça de chapa, mesmo sem dispor de quadros com grande lastro eleitoral. Lançou o professor universitário Norberto Miranda.

Em 1986, em campanha que culminou na conquista da primeira cadeira petista na Assembleia Legislativa do Paraná, o PT de Maringá apresentou dois candidatos, ambos com passagem na oposição bancária, um com origem na base da Igreja Católica e outro formado na corrente trotskista Liberdade e Luta. Em 1988 foram incorporados à chapa proporcional, em tentativa de aproveitar o acúmulo da campanha anterior.

Em uma disputa majoritária que reunia oito postulantes, o engenheiro Ricardo Barros, do Partido da Frente Liberal (PFL), sagrou-se vencedor de forma surpreendente, com fulminante crescimento na reta final. Tinha-se que o embate principal envolveria o candidato do PMDB, apoiado pelo prefeito em fim de mandato, e o representante de uma ampla frente de oposição. Dessa frente desgarraram-se uma candidatura do PDT, assumida por um ex-prefeito, e a chapa do PFL. Em uma campanha escassa de debates programáticos e rica em denúncias, o vencedor articulou o discurso da renovação política, beneficiando-se do desgaste provocado pelo conflito entre os supostos favoritos. Distinguiu-se, ainda, pelo uso mais profissional do *marketing* político.

A chapa majoritária petista atingiu 1.211 votos (1,07%) e ficou em sétimo lugar, superando apenas a frente de esquerda composta por PSB, PC do B e PC do B. A chapa de vereadores obteve 3.470 votos (3,07%), cifra inferior ao mínimo exigido para obter um mandato. Não eram enxergados, no início, cenários que indicassem a hipótese de vitória do PT na disputa para a prefeitura, mas o objetivo de eleger um vereador era avaliado como factível. Assim, o resultado ficou aquém das expectativas. Composta por líderes de bairros, militantes de movimentos ligados à Igreja Popular e ao sindicalismo, a chapa representava a inserção do PT na sociedade. Totalizando nove candidatos, era pequena, frágil para o enfrentamento eleitoral.

No Paraná foram eleitos prefeitos petistas em apenas dois pequenos municípios. Na eleição proporcional, comparando com o resultado nos principais centros urbanos, Maringá ficou em desvantagem. O PT conquistou uma cadeira nos legislativos de Londrina, Ponta Grossa e Cascavel. Em Curitiba, foram eleitos três vereadores.

Filho de ex-prefeito e líder de um grupo político composto pela nova geração da elite local, o candidato do PFL apresentava-se como representante da tradição. Em pesquisa de pós-graduação, Celene Tonella contribui para a interpretação do significado da renovação política na cidade. Aponta que a vitória do PFL maringaense ocorreu “justamente num momento de surpresas em várias eleições municipais pelo país, mas que beneficiaram os partidos de esquerda”. Referia-se ao sucesso petista em São Paulo, Porto Alegre, Campinas, Santos e Vitória. Já a renovação em Maringá, segundo sua inferência,

[...] ocorreu no plano da imagem apenas. A eleição de um político com pouca experiência na carreira pública e com posições conservadoras apenas obedeceu a uma lógica da política local [...]. O discurso e a postura do candidato eleito não indicavam um confronto com os interesses dos grupos que controlavam o poder na cidade. [...] A renovação em Maringá foi conservadora.³³

A surpresa eleitoral colocou ao PT a indagação sobre a viabilidade de ele próprio ter preenchido o vazio político gerado pelo desgaste entre os postulantes mais bem cotados e ter oferecido a alternativa de poder. Somado a eventuais erros de tática e à fragilidade de estrutura para a disputa, evidenciava-se o pouco envolvimento com a política especificamente de base municipal, em uma década que oferecera tantas demandas de luta social e pautas de amplitude nacional. No quadriênio que se abriria, no entanto, o PT de Maringá, mesmo sem representação parlamentar, teria forte incidência na pauta do município, por meio da luta social.

Já no início de seu mandato, o novo prefeito decidiu promover uma reviravolta no sistema de gestão, anunciando o objetivo de privatizar os serviços públicos. O formato que veio a ser adotado foi o da terceirização, implantada, ainda em 1989, na coleta de lixo. No terceiro ano de mandato, a terceirização atingiu as escolas públicas, por intermédio do modelo de microgestão privada, ou seja, escola com financiamento público e gestão privada. Foi batizado como “escola cooperativa”. Pretendia-se estender o formato para os postos de saúde. O projeto encontrou resistência organizada. No campo popular, houve mobilizações contra a privatização, organizadas pelo Fórum Maringaense em Defesa do Patrimônio Público³⁴.

Desde o início, o PT somou-se a forças opositoras na organização do citado fórum. Por meio de sua estrutura partidária ou da atuação de seus militantes em entidades sindicais, o PT foi protagonista na mobilização social contra a privatização, que viria a ser revertida no início de 1993, quando mudou o prefeito. Contribuiu o fato de ser força hegemônica no recém-criado Sindicato dos Servidores Municipais.

Desde sua fundação em Maringá, essa talvez tenha sido uma época de ouro para o PT, que foi estimulado à luta e ao confronto ideológico pelo projeto privatizante que o jovem prefeito imprimira a seu governo. Nesse processo, em que os petistas intervieram por intermédio do engajamento na luta social, estiveram em pauta grandes projetos para a cidade.

Os primeiros mandatos

Estimulado e encorpado pelas lutas dos anos precedentes, o PT chegou às eleições de 1992 visualizando a possibilidade de polarizar o debate e oferecer uma alternativa de poder ao neoliberalismo que comandava a administração municipal. Pela primeira vez houve prévias para indicar o candidato. O escolhido foi o professor universitário e sindicalista Aníbal Sanches Moura.

O PT sabia, entretanto, que havia outros atores no campo da oposição. O PMDB, que também fizera dura oposição ao governo do PFL, lançou o ex-prefeito e deputado federal Said Ferreira. Ainda havia o candidato do PDT, que era promotor de Defesa do Consumidor e ganhara notoriedade ao mover ações contra a privatização e os elevados valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Forças respeitáveis da oposição trabalharam para formar uma frente política em torno dele. Ao PT caberia a indicação do vice, hipótese rejeitada em favor da formação de chapa própria.

Se o PT demonstrara capacidade de luta social no combate à privatização, seu potencial eleitoral ainda não fora comprovado. Em 1988 não conseguira eleger vereadores. Em 1990 o resultado das eleições para deputado, quando lançou um candidato à Câmara Federal e dois para a Assembleia Legislativa, ficou abaixo da expectativa. Em 1989, em compensação, constatou-se que havia um eleitorado a ser conquistado, uma vez que Lula atingira, em Maringá, o mesmo patamar que o verificado em outras cidades médias e na capital do Paraná. A comparação exigia cuidados. Primeiro, porque pleitos de amplitude diversa mobilizam pautas e paixões diferentes. Segundo, porque o Paraná estava entre os estados em que a campanha presidencial teve desempenho menos satisfatório. De qualquer modo, era factível intuir que havia um eleitorado mais amplo do que o já conquistado nas campanhas municipais.

A eleição para prefeito foi facilmente vencida pelo candidato do PMDB, que obteve 50,2% dos votos. Sem sobressaltos e com certa folga, liderou as pesquisas de intenção do início ao fim. Como a renovação de 1988 gerara certa frustração no eleitorado, afigurou-se como uma espécie de porto seguro, visto que havia sido prefeito bem avaliado no mandato imediatamente anterior. Incidiu, também, sobre os dois principais temas de campanha, a privatização

e o IPTU. Assegurou que retomaria a administração direta e que praticaria justiça tributária. Em uma época em que não existia Lei de Responsabilidade Fiscal, prometeu revisão e descontos sobre os valores já lançados. O tema da terceirização teve seu peso eleitoral, até porque demarcou a polarização nos debates, mas a questão do IPTU tinha fortíssimo apelo.

Em uma disputa que envolvia nove candidatos, a chapa majoritária do PT ficou em quinto lugar, atingindo 2,89% dos votos. Ultrapassou-se, contudo, a barreira da conquista da primeira cadeira na Câmara Municipal. Foi lançada uma chapa de dezenove nomes, mais do que o dobro da ocasião anterior. Ampliava-se, portanto, a possibilidade de eleição de um parlamentar, além de imprimir maior capilaridade à campanha.

Não se pode, porém, abstrair que o crescimento eleitoral do PT de Maringá, tomando como parâmetro as cidades de médio porte do Paraná, era mais lento. Em Londrina, o PT elegera, já em 1992, o prefeito municipal. Em Cascavel, desde 1990, havia um deputado estadual. Em Ponta Grossa, o candidato petista chegou em segundo lugar.

Emerson Nerone, o novo vereador, tinha militância na oposição bancária, mas sua base eleitoral era fundamentalmente o movimento da Renovação Carismática Católica (RCC). Se, desde meados da década de 1980, o núcleo dirigente do PT de Maringá recebera o aporte de militantes formados no catolicismo popular, agora havia essa novidade na representação eleitoral³⁵.

Por alguns anos, houve a tendência de estreitamento de relações com essa base, uma vez que, em 1994, o vereador recentemente eleito conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa, a única que o PT de Maringá obteria naquela década, fazendo dobradinha com outro candidato vinculado ao mesmo movimento. Outra ala do PT, liderada pela corrente Democracia Socialista (DS), preferiu apoiar nomes de maior tradição na vida partidária. Em 1997, os caminhos se bifurcaram. O deputado e os líderes da Renovação Carismática decidiram fundar o Partido da Solidariedade Nacional (PSN). Com isso, migraram de legenda e levaram os filiados que tinham tal identificação.

Assinale-se que a vida interna do PT de Maringá ficou menos monocromática naquela década. No final da década de 1980, a corrente Articulação não tinha rivais que disputassem a direção partidária. Embora a base de filiados fosse mais diversificada, os pretendentes aos postos dirigentes abrigavam-se em seu amplo guarda-chuva. Com a virada de década, os descontentes foram arregimentados pela corrente Democracia Socialista. A DS e a Articulação seriam as principais forças a constituir a direção partidária. O quadro se manteve quando houve a cisão nacional da corrente majoritária, dividida em duas alas, a Articulação de Esquerda e a Unidade na Luta. Como regra, em Maringá, os antigos adeptos cerraram fileiras com a última.

Entre 1992 e 1996, o PT de Maringá não encontrou o terreno fértil para a polarização com a administração municipal. O novo prefeito, assim que assumiu, desfez o processo de privatização. A distância programática era, portanto, menor. Em 1994, anunciou apoio à candidatura presidencial de Lula. Além disso, assumiu um estilo mais discreto, menos afeito ao confronto direto com a oposição. O PT contava, em contrapartida, com um mandato parlamentar e o utilizou para fiscalizar o Executivo. Exemplo foi o questionamento dos custos da construção de um novo viaduto e o embargo temporário de sua execução.

Em 1996, o PT chegou à sucessão municipal com o lastro da conquista de dois mandatos parlamentares, um na Câmara de Vereadores e outro na Assembleia Legislativa. Pela primeira vez, estabeleceu aliança eleitoral. O parceiro foi o PCdoB. O candidato a prefeito foi o advogado e pequeno empresário José Cláudio Pereira Neto.

Diferentemente do pleito anterior, a disputa à prefeitura se mostraria bastante acirrada. O dado principal era a saturação da polarização entre os dois últimos prefeitos. Supunha-se, desde o início, que o eleitorado estivesse interessado em alternativas a esses polos.

Forte evidência vinha da comunidade empresarial, que organizara o “Movimento Repensando Maringá”, orientado pela necessidade de unir a cidade e superar polarizações autofágicas³⁶. Considerando que o litígio entre os chefes políticos prejudicava a coletividade, tal movimento elaborou um projeto de desenvolvimento econômico de médio e longo prazos para a cidade, que pautaria o debate eleitoral e as administrações municipais desse momento em diante. De forma organizada e planejada, atualizava-se o imaginário da ascensão do empreendedorismo privado de que se falou no início.

O candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Jairo Gianoto, foi o que conseguiu canalizar, com mais eficiência, o sentimento dos “danos da autofagia”, formulando o discurso da “paz política” para a cidade. Com esse tom conciliador e aliando outros movimentos de campanha, promoveu a arrancada final e venceu as eleições.

Com linguagem própria, o candidato do PT também elaborou o discurso da alternativa política, mas talvez não tenha tido a estrutura necessária para demonstrar a viabilidade eleitoral. Ficou em quinto lugar, com 7,5% dos votos. A repercussão de sua atuação foi maior do que os sufrágios obtidos. Na disputa legislativa, houve a conquista de duas cadeiras. Além da reeleição do vereador José Maria dos Santos, que tinha assumido o mandato com a assunção do antigo titular à Assembleia Legislativa, a outra cadeira foi conquistada pela estudante Fabiana Correia, lançada e apoiada por articulação de militantes procedentes da nova geração da Pastoral da Juventude, de certo modo

desafiados pelo sucesso anterior da RCC. Esse coletivo teria, daí em diante, atuação de força organizada nas instâncias municipais.

O PT saiu do pleito de 1996 com a imagem de força eleitoral emergente. Alguns percalços viriam, no entanto. Logo ocorreu a desfiliação de seu deputado estadual, que patrocinava a formação de nova legenda. Juntamente com ele e com o mesmo destino, desligou-se o vereador José Maria dos Santos, envolvido em desgastante litígio interno, que mobilizou comissão de ética e tentativa de expulsão. Em 1998, o PT de Maringá participou das eleições sem candidaturas competitivas, lançando dois nomes à Assembleia Legislativa e nenhum à Câmara Federal. Por motivos profissionais e cálculo político, o candidato a prefeito de 1996 preferiu preservar-se para a disputa municipal de 2000.

A hora da estrela

Em 2000, as eleições municipais de Maringá continham uma novidade: em decorrência da elevação do colégio eleitoral do município, o pleito seria realizado em dois turnos.

Com a prerrogativa de concorrer à reeleição, o prefeito chegava à disputa com a imagem de favorito, investido com a bandeira de quem havia pacificado a política na cidade e realizado um leque de obras fundamentais. Por trás da imagem, entretanto, havia contradições. Ao longo da administração tucana, percebeu-se que o lema da “paz política” era uma blindagem para protegê-la de críticas e deslegitimar a oposição. Propagava-se a insidiosa lógica de que fazer oposição ao governo era trabalhar contra o município. Com isso, montou-se um esquema para abafar as vozes divergentes e neutralizar a fiscalização. Na Câmara Municipal, o prefeito teceu ampla rede de apoio, composta de dezoito vereadores. A dissonância vinha das bancadas do PT e do PDT.

Conforme balizas do 2º Congresso do PT (1998), a política de alianças deveria incorporar, além das forças tradicionalmente inseridas no campo democrático popular, setores do Partido Popular Socialista (PPS) e do PMDB que estivessem em oposição ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O PT de Maringá aprovou o princípio da aliança com partidos de esquerda e centro-esquerda, mas lançou chapa própria. Com o PDT, o impasse era a cabeça de chapa; com os demais partidos a dificuldade vinha do relacionamento, nem sempre harmônico, nos movimentos sociais. Por isso, o princípio da aliança, aprovado formalmente, não foi viabilizado na prática. Algumas ações de campanha procurariam evitar isolamento da candidatura, assumida, mais uma vez, por José Cláudio Pereira Neto.

O suposto favoritismo do prefeito não se confirmou. Quando as urnas do primeiro turno foram totalizadas, em situação de equilíbrio entre os três

primeiros, dois fatos se destacavam. Primeiro, com 22,8% dos votos, o prefeito ficou em terceiro lugar e foi excluído do turno decisivo. Segundo, a liderança do petista José Cláudio, com 25,5%. Era esperada a presença do outro finalista, um vereador do PTB que fizera carreira como médico assistencialista e atingiu 24,6%. De certo modo, o segundo turno colocava, frente a frente, duas novidades eleitorais, cada qual com suas características. O PT voltou a eleger dois vereadores, Beto Brescancin e Silvana Borges, cujas vinculações, respectivamente, eram com os grupos do catolicismo popular e com a universidade.

Logo em seguida, o prefeito foi denunciado pelo Ministério Público e afastado do cargo. Veio à tona o esquema de corrupção montado pelo secretário da Fazenda, existente havia dez anos aproximadamente. No curso do primeiro turno, ao lado da avaliação do sucesso de programas administrativos, havia a incógnita de qual era a percepção popular sobre o esquema de corrupção que grassava na prefeitura. O sinal mais evidente era o acintoso prestígio do secretário da Fazenda, cujo enriquecimento, acusava a oposição, era célere demais para ser sustentado em meios lícitos. A visão do eleitor, revelada pelas urnas, era mais aguda do que supunham os arquitetos da “paz”.

A divulgação de um emaranhado de pesquisas de intenção de votos, cuja consistência seria contrariada pelos fatos, ajudou a cultivar a ideia do favoritismo. Aferição destinada a uso interno, conduzida por experiente professor de estatística, demonstra que o prefeito não havia ultrapassado a faixa de 25% de intenção de votos e, oscilando para baixo na reta final, foi desclassificado da fase seguinte. O candidato do PTB manteve-se, com regularidade, em torno de 20%. Por sua vez, o petista José Cláudio experimentou crescimento acentuado nas três últimas semanas.

Sem querer isolar um fato para explicar o processo, um debate entre os candidatos, transmitido pela televisão e bastante repercutido no programa do TRE, fez a temperatura da campanha se elevar. O candidato do PMDB arguiu frontalmente o prefeito sobre o suposto esquema de corrupção, citando o enriquecimento do secretário da Fazenda. A troca de acusações e de respostas ásperas entre os dois litigantes ficou como principal imagem do debate, cujo maior beneficiado foi o candidato do PT. Mesmo não se envolvendo diretamente na polêmica, teve, na percepção da imprensa e dos eleitores, o melhor desempenho e viria a ser visto como alternativa à crise política da cidade. Nesse momento, na pesquisa citada, tinha cerca de 7%, patamar herdado do pleito anterior. Somado ao desgaste do principal adversário, o prefeito, o debate mobilizou a atenção pública e despertou a militância petista, que deu suporte à arrancada na reta final.

Estudo realizado pela professora Sonia Benites, dedicado à análise de discurso dos concorrentes, oferece subsídios à interpretação do processo.

Avaliando a dinâmica da campanha eleitoral como um todo, a pesquisadora inferiu que José Cláudio beneficiou-se do “*ethos* de honestidade”: “Tirando partido da desconfiança generalizada em relação à idoneidade e honestidade dos políticos profissionais, ele, que nunca exercera cargo político-partidário, tinha como *slogan*: ‘Política de cara limpa’”³⁷. Naquela conjuntura, em diversas cidades onde havia crise de corrupção, como exemplificam os casos próximos de Ponta Grossa e de Londrina, o PT foi visto como contraponto, em razão da imagem que havia construído, nacionalmente, no combate a essas mazelas. No debate, o candidato agregou a imagem de que tinha o “equilíbrio” exigido para liderar a cidade.

Adicionalmente, como demonstra Sonia Benites, seu programa de televisão exibia as eventuais virtudes do “modo petista de governar”. Para compensar sua falta de experiência administrativa, aliava o “*ethos* da honestidade” com a apresentação de “uma lista de projetos que pretendia implantar no município, todos eles idealizados e testados por outros governantes petistas”³⁸. A divulgação da imagem do PT, no caso, reunia a dimensão ética e o sucesso administrativo.

No segundo turno, o candidato do PT liderou de ponta a ponta e ampliou, a cada aferição divulgada pelo Ibope, a margem de vantagem sobre o oponente. No final, atingiu 107.320 votos (70%), a maior cifra, proporcionalmente, verificada no segundo turno. Não foi, contudo, uma disputa tranquila.

Após uma fase em que prevaleceram o tom propositivo e a divulgação da imagem de seu candidato como o “verdadeiro médico da família”, tendo ficado evidente a ascensão progressiva da chapa petista, a campanha do PTB mudou o tom.

Como elemento de atração, o trunfo anunciado era o apoio do comunicador Carlos Massa, o Ratinho, que se encontrava no auge de sua popularidade. Até onde se sabe, Ratinho assumiu o comando do programa de televisão do candidato. De acordo com Benites, “contando com a assessoria do apresentador de televisão Ratinho, sua campanha agregou agressividade ao caráter da emotividade”³⁹.

Os fatos principais foram resumidos da seguinte forma:

Para fazer frente à formação discursiva do PT, que comprovadamente ganhara adeptos, passaram a explorar a FD (formação discursiva) oposta, investindo grande parte dos programas na apresentação de exemplos de governos petistas que não teriam dado certo. Ante uma população marcadamente religiosa, afirmavam que a prefeita paulistana, petista, defendia o aborto e a união estável entre pessoas do mesmo sexo (a que denominava casamento) e acusavam o candidato do PT de não possuir propostas específicas para Maringá, mas

tão somente copiar a “cartilha” (ou cartilhinha) do partido. Conhecedor da condição de agricultores de grande parte da população do município, e de seus temores em relação aos membros do Movimento dos Sem Terra, [...] mostrava ligações entre o PT e o MST. Relacionava igualmente o partido à CUT, a greves e a invasões, mostrando [...] a chegada à cidade de um exército de estrelinhas vermelhas, responsáveis pela desordem e pelo uso da força. Enquanto isso, *in off*, uma voz que lembrava a do presidente de honra do partido, dizia: “Atenção, companheiros, todos a postos. Baderneiros, camelôs, vamos invadir Maringá.” Apresentava esquetes teatrais e imagens na capital paulista, com praças inteiras ocupadas por barracas de camelôs, insinuando que estes substituiriam o comerciante que pagava todos os seus impostos, caso José Cláudio fosse eleito.⁴⁰

Com isso, salienta a pesquisadora, o candidato do PTB comprometeu seu “*ethos* humanitário”, ao qual tentou retornar quando ficou evidente que a tática não alterava a tendência eleitoral.

Vindos da campanha do PTB ou de outras fontes, houve, ao longo do segundo turno, comentários depreciativos sobre o crescimento do PT. Disseram que havia uma onda, uma febre, voto de protesto irrefletido. Que se tratava de uma conjuntura nacional favorável ao PT, esse era um fato visível a olho nu. Apenas para ficar no cenário paranaense, os petistas elegeram prefeitos em Londrina, Ponta Grossa e Maringá e disputaram, palmo a palmo, o segundo turno de Curitiba.

Em pesquisa de pós-graduação, o historiador Luiz Miguel do Nascimento analisou a vitória petista em Maringá. Bem informado sobre o desempenho do partido nas eleições anteriores, aponta o crescimento geométrico em 2000:

Historicamente, o Partido dos Trabalhadores nunca tinha tido uma grande votação para o cargo de prefeito na cidade. Na verdade, olhando os resultados eleitorais obtidos pelo PT nas eleições do município desde 1982, observamos um crescimento gradativo, mas ele sempre foi bem modesto comparado ao que ocorreu em 2000. Em termos de retrospecto, na eleição municipal de 1996, por exemplo, o partido conquistou o seu melhor resultado, com o quinto lugar alcançado por José Cláudio, somando 10.597 votos. Mesmo assim, em meados da década de 1990, dificilmente seria possível imaginar a virada espetacular que o partido conseguiria quatro anos depois, na última eleição municipal do século XX na cidade. Só para ilustrarmos com números, em 2000, foram quase 100 mil votos a mais do que em 1996. Dessa forma, os dados numéricos indicam que a grande maioria desses eleitores não era composta por filiados ou simpatizantes do PT.⁴¹

Avaliando a bibliografia produzida sobre aquela conjuntura, explica:

Algumas análises interpretam esses resultados eleitorais do PT em todo o Brasil como produto de uma grande insatisfação popular com o atual estado de coisas; crise econômica, desemprego, corrupção, impunidade, etc. Em outras palavras, a lua de mel dos brasileiros mais pobres com o Plano Real parece ter chegado ao fim.⁴²

Não significa que o clima nacional tenha sido a única variável. O que estava em pauta, afinal, eram a administração municipal e a crise vivida em Maringá. As soluções devem ser avaliadas na forma como se apresentavam na realidade sensível do eleitor.

Para dimensionar mais profundamente a percepção dos eleitores, convém arrolar dois universos de evidências. Um polo foi fornecido exatamente pela pesquisa de Luiz Miguel do Nascimento. Os depoimentos que colheu, entrevistando populares, são ilustrativos. Eis as razões de um entrevistado que votava pela primeira vez no PT, verbalizadas com simplicidade e pragmatismo:

Bom, eu do começo eu já queria que o PT ganhasse, né; eu votei no Zé Cláudio desde o primeiro, segundo. Eu acho que, assim, não é falando mal, mas eu acho que quem perdeu mereceu. [...] Porque o pessoal fala mal do PT, mas nunca ninguém deu chance pro PT também provar se é bom ou se é ruim. Então, eu acho que todos merecem uma chance. Dê uma chance pra aquela pessoa provar se aquilo é ruim mesmo ou se é bom; porque ruim por ruim, tá um após o outro.⁴³

Com suporte dos elementos fornecidos por sua pesquisa, Nascimento afirma: “O mais provável, como aconteceu entre alguns dos nossos depoentes, é que tenham votado em José Cláudio por ele ter sido identificado com a mudança, a honestidade, a ética e o bom senso.” Infere que não se tratava de adesão a um projeto partidário, mas pondera: “De qualquer forma, não rejeitaram o candidato por ser do Partido dos Trabalhadores, como acontecia em outras eleições”⁴⁴.

Outro polo pode ser identificado a partir de pesquisa que Sergio Gini realizou acerca do projeto estratégico do empresariado para Maringá. O autor dedicou particular atenção à vitória do candidato petista. Já no primeiro turno, José Cláudio anunciou o compromisso de nomear, na Secretaria de Indústria e Comércio, uma pessoa indicada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codem). Sobre a fase decisiva das eleições, prossegue Gini: “Em seu plano de alianças para o segundo turno daquele pleito, o candidato do PT [...] se

aproximou da Associação Comercial e Industrial (Acim), dando total atenção ao plano de desenvolvimento econômico formulado pelo Codem, o que se comprovou durante a sua administração⁷⁴⁵. Depreende-se que José Cláudio teve, no desfecho da disputa, a preferência de representantes líderes empresariais.

Deve-se acrescentar que José Cláudio não tinha a biografia do petista padrão. Iniciou sua vida política no movimento estudantil, na metade da década de 1970, mas não exercia o tipo de liderança afinada com o horizonte de esquerda. Na verdade, pertencia aos quadros da Arena e mantinha proximidade com o comando estadual desse partido. No período da abertura política, seguiu o caminho do PMDB. Depois disso, afastou-se da política e concluiu sua faculdade de Direito em Dourados (Mato Grosso do Sul), onde morou por alguns anos. Quando retornou a Maringá acompanhou a distância as eleições de 1988 e 1989. Nesta última, votou em Mário Covas em um turno e em Lula no outro. Em 1990, aproximou-se definitivamente do PT e pediu filiação. Sem que isso impedisse seu ingresso, enfrentou preconceito por seu passado na Arena e por ser empresário, dono de uma pequena fábrica de colchões.

Em 1992, disponibilizou seu nome como pré-candidato a prefeito. Preterido nas prévias, assumiu a presidência do partido e trabalhou, pacientemente, para construir as condições que o levariam a concorrer em 1996. O desempenho de então o cacifou como candidato natural em 2000.

Paradoxalmente, talvez sua singular biografia tenha sido um ponto forte na conjuntura eleitoral, na medida em que permitia à campanha petista veicular o discurso ideológico da legenda de uma forma que pudesse ser assimilada por um público mais abrangente, não afeito ao vocabulário cifrado do campo político de esquerda.

Considerações finais

Em 2000, a vitória do candidato do PT podia ser considerada uma ruptura com a tradição eleitoral de Maringá, visto que era a primeira vez que um partido de esquerda assumia o comando político da cidade. Não se pode, porém, desconhecer que Maringá continha uma tradição de esquerda, construída antes de 1964 pelo PCB e, no início da ditadura militar, por organizações adeptas da luta armada. Em condições de clandestinidade, o PCB obtivera resultados eleitorais que merecem registro.

A formação do PT de Maringá não lidou propriamente com uma herança desse passado. Por um lado, por causa das rupturas que as políticas repressivas da ditadura impuseram ao campo da esquerda. Por outro, pela identidade de compor uma alternativa ao PCB, com o qual disputou a liderança em movimentos estudantis e sindicais.

A irradiação das lutas políticas nacionais motivou a formação de um núcleo local identificado com o novo sindicalismo e com o PT. A militância partidária, considerada a diversidade de correntes que a mobilizou, contribuiu para a gestação de um campo estudantil combativo, para a participação na agenda de fundação da CUT e constituição de um campo cutista no sindicalismo local, assim como para a formação de lideranças populares.

Se a atuação nesses setores garantiu sustentação para mobilizações diversas, fossem aquelas colocadas pela pauta nacional, como as campanhas pelas “Diretas-Já” e pela Constituinte, fossem as lutas por direitos dos trabalhadores e pelo ensino público e gratuito, não implicou força eleitoral imediata.

Mesmo na comparação com outros centros do Paraná, um estado em que o desempenho eleitoral do PT era inferior à verificada nos principais centros do país, Maringá teve uma evolução lenta e acidentada. Demorou a eleger seu primeiro vereador e, ainda assim, lidou com situações de desfiliação de mandatários.

Na segunda metade da década de 1990, não obstante, o PT de Maringá afigurava-se – com os limites já expostos – como força política organizada, dotada de enraizamento na luta social e com presença institucional, exercendo mandatos com apelo oposicionista.

A vitória eleitoral de 2000 não pode ser explicada sem a conjuntura nacional favorável ao PT e a crise política vivida no município. Do mesmo modo, não se pode explicar o resultado sem entender que a candidatura petista, na situação de crise, mostrou-se como alternativa capaz de sensibilizar o eleitorado. Nesse sentido, sem que o voto significasse adesão a um projeto partidário, a campanha conjugou o capital político petista. Isso se expressou na forte imagem de probidade que existia na época e na instrumentalização da propaganda de projetos supostamente bem-sucedidos de soluções administrativas. Por isso mesmo, o adversário, no segundo turno, tentou fragilizar essas marcas partidárias.

Vindo de uma trajetória em que privilegiava chapas próprias e esquivava-se de alianças partidárias, nesse pleito de 2000, como demonstra a interlocução com o meio empresarial estimulada pelo perfil do candidato, houve interação com forças representativas do poder local e ultrapassou-se o limite de dialogar com um público mais amplo. O PT foi desafiado, então, a demonstrar se sua vitória foi um hiato na trajetória eleitoral do município ou a sedimentação de uma nova tradição.

RESUMO

Este artigo analisa a história do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Maringá (PR), desde sua fundação até o ano 2000, quando conquistou a

prefeitura do município. Pretende-se contribuir para a compreensão das diferentes dimensões da práxis do PT nesse território e sua conversão em força organizada capaz de disputar a hegemonia política. Estabelecendo as relações entre a realidade específica do município e a trajetória nacional, entende-se que estudos com este perfil contribuem para o conhecimento mais amplo da experiência do PT.

PALAVRAS-CHAVE

Partido dos Trabalhadores; Eleições municipais; Maringá (PR).

The trajectory of the PT in Maringá (Brazil): From its foundation to the conquest of the City Hall

ABSTRACT

This article examines the history of the Workers Party (PT) in Maringá, Paraná State, Brazil, from its creation until 2000, when the Party won the elections for the City Hall. By this analysis it is intended to contribute to the investigation of different dimensions of the practice of PT in this region and its transformation into an organized force capable of disputing the hegemony policy. Studies with this contour when establishing the relationship between the specific realities of municipality with the national path contribute to the understanding of the broader experience of the PT.

KEYWORDS

Workers' Party; Local elections; Maringá (PR).

NOTAS

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Contato do autor: diasreginaldo@hotmail.com.

² *O Diário do Norte do Paraná*, 30/10/2000, p. 2.

³ Para análise mais ampla das eleições em Maringá, no período de 1947 a 2004, ver DIAS, Reginaldo B., *Da arte de votar e ser votado. As eleições municipais em Maringá*. Maringá: Clichetec, 2008.

⁴ SILVA, Osvaldo Heller, *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

⁵ Fazem parte do Inquérito Policial-Militar (IPM) do Norte do Paraná, ou, na codificação criada pelo "Brasil: Nunca mais", do Brasil Nunca Mais (BNM) 69. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 251.

⁶ DIAS, Reginaldo Benedito, *Sob o signo da revolução brasileira. A experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

⁷ LUZ, France, *As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950/1980*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1988, p. 73.

⁸ BRUNELO, Leandro, *Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná*. Maringá: Eduem, 2006.

⁹ Em 1961, o PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, visando à sua legalização. Em 1962, dissidentes criaram o PC do B, resgatando o nome original, Partido Comunista do Brasil.

¹⁰ Depoimento de Ademir Demarchi ao autor. Maringá, 20 de setembro de 2010.

¹¹ LUZ. F., *op. cit.*

¹² GONÇALVES, José Henrique Rollo, *História regional & ideologias. Sobre algumas corografias políticas do Norte Paranaense*. Dissertação (Mestrado em História Social). Curitiba: UFPR, 1995.

¹³ SALOMÃO, Roberto Elias, *Os anos heroicos. O Partido dos Trabalhadores no Paraná, do nascimento até 1990*. Curitiba: Partido dos Trabalhadores, 2010.

¹⁴ Depoimento de Francisco Timbó ao autor. Maringá, 29 de abril de 2011.

¹⁵ ALMEIDA, José Gil de, *A história do movimento cineclubista paranaense*. Curitiba: Água Verde, 2008.

¹⁶ Depoimento de Luis Henrique de Paiva ao autor. Maringá, 5 de junho de 2011.

¹⁷ Depoimento de Jairo de Carvalho ao autor. Maringá, 13 de outubro de 2010.

¹⁸ *O Jornal de Maringá*, 21 de setembro de 1979.

¹⁹ Informe 669-PMPR. Agosto de 1979.

²⁰ Chapa 2 (Oposição): 268 votos; chapa 1: 567 votos. Por meio de manifesto, a oposição reconheceu o resultado e declarou que se manteria organizada. *O Jornal de Maringá*, 3 de outubro de 1979.

²¹ KAREPOVS, Dainis ; LEAL, Murilo, Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. 6. Campinas: Unicamp, 2007, p. 175.

²² *Ibidem*, p. 177.

²³ SALOMÃO, R. E., *op. cit.*, p. 42-43.

²⁴ Depoimento de Clarice Gravena ao autor. Maringá, 10 de março de 2011.

²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005, p. 338.

²⁶ KECK, Margareth, *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991, p. 210.

²⁷ SALOMÃO, R. E., *op. cit.*, p. 69.

- ²⁸ Depoimento de Marcília Periotto ao autor. Maringá, 12 de maio de 2011.
- ²⁹ Depoimento de Florisvaldo Raimundo de Souza ao autor. Maringá, 15 de fevereiro de 2011.
- ³⁰ Depoimento de Enio Verri ao autor. Maringá, 17 de fevereiro de 2011.
- ³¹ PRIORI, Ângelo; MARQUES, J. M., "A formação das entidades associativas e as greves de docentes e funcionários da Universidade Estadual de Maringá (1980-1991)". In SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (org.), *Recortes da vida de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Eduem, 2001, p. 295-328.
- ³² DIAS, R. B., *Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e democratização da universidade*. Maringá: Eduem, 2009.
- ³³ TONELLA, Celene, "As eleições municipais e a política local na reedição do pluripartidarismo". In DIAS, R. B.; GONÇALVES, José H. R. (orgs.), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.
- ³⁴ Ver DIAS, R. B. (org.), *O público e o privado na educação: a privatização do ensino em Maringá e temas afins*. Maringá. Secretaria da Educação do Município, 1995.
- ³⁵ SILVA, Antônio Ozaí, "Religião e política: memória e história da renovação carismática em Maringá (PR)". *Revista Espaço Acadêmico*, n. 81, Maringá, fevereiro de 2008.
- ³⁶ Ver GINI, Sérgio, *Repensando... A construção da hegemonia empresarial nos 10 anos que mudaram Maringá (1994-2004)*. Maringá: Eduem, 2011.
- ³⁷ BENITES, Sonia A. L., Identidade e construção do mundo no (e pelo) discurso: uma reflexão a respeito do conceito de *ethos*. In TASSO, Ismara (org.), *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua (gem), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 112.
- ³⁸ *Ibidem*, p. 112.
- ³⁹ *Ibidem*, p. 111.
- ⁴⁰ *Ibidem*, p. 111.
- ⁴¹ NASCIMENTO, Luiz Miguel do, *Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUC-SP, 2003, p. 263.
- ⁴² *Ibidem*, p. 260-261.
- ⁴³ *Ibidem*, p. 264.
- ⁴⁴ *Ibidem*, p. 263.
- ⁴⁵ GINI, S., *op. cit.*, p. 81-82.